



## Por que escrever gramáticas de línguas de sinais emergentes

### Why to write grammars of emerging sign languages

*Paulo Jeferson Pilar ARAÚJO\**

*Analú Fernandes de OLIVEIRA\*\**

*Eduardo Othon Pires RODRIGUES\*\*\**

**RESUMO:** Discutimos neste artigo as concepções de gramatização de línguas de sinais emergentes no Brasil em relação com a de línguas de sinais institucionalizadas, a Libras. Tomamos o caso de algumas línguas de sinais emergentes e o debate sobre variação e convencionalização em línguas ditas jovens e em línguas de sinais mais consolidadas. Aplicamos para este estudo uma reflexão sobre os procedimentos de descrição, documentação e manutenção linguística sugeridos na produção de gramáticas de referência de línguas sinalizadas. Apresentamos argumentos para o refinamento teórico do conceito de convencionalização a partir do Modelo E-C de Schmid (2020). Como resultados, demonstramos que a gramatização de línguas de sinais emergentes em relação com a gramatização de línguas de sinais institucionalizadas diferencia-se muito mais pelos seus aspectos glotopolíticos e

**ABSTRACT:** This article discusses the conceptions inherent to the processes of grammatization in emerging sign languages in relation to institutionalized sign languages. It is also discussed the case of some emerging sign languages and the discussion about variation and conventionalization in young languages and more consolidated sign languages. A reflection on the description, documentation and linguistic revitalization procedures suggested in the production of reference grammars of signed languages is applied to this study. Arguments are presented to theorize the concept of conventionalization based on Schmid's E-C Model (2020). As a result, it is shown that the grammatization of emerging sign languages in relation to the grammatization of institutionalized sign languages differs more by their glotopolitical and ideological aspects than by their linguistic ones.

---

\* Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo-USP. Professor do Curso Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima-UFRR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9965-3444>. [paulo.pilar@ufrr.br](mailto:paulo.pilar@ufrr.br).

\*\* Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima-UFRR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4153-2404>. [analuu.rr.pls@gmail.com](mailto:analuu.rr.pls@gmail.com).

\*\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL da Universidade Federal de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1617-2259>. [eduardo.othon@hotmail.com](mailto:eduardo.othon@hotmail.com).

---

ideológicos do que propriamente linguísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramatização. Línguas de sinais emergentes. Convencionalização. Línguas de sinais institucionalizadas.

**KEYWORDS:** Grammatization. Emerging sign languages. Conventionalization. Institutionalized sign languages.

---

## 1 Introdução<sup>1</sup>

Com a publicação do *SignGram Blueprint* (QUER *et al.*, 2017) como um guia para a produção de gramáticas de referência de línguas de sinais e mais recentemente uma obra voltada para línguas de sinais emergentes nas américas (LE GUEN; SAFAR; COPPOLA, 2020), questões de descrição, documentação e manutenção de línguas de sinais entram no debate sobre a instrumentalização linguística (gramatização e dicionarização) de variedades de línguas de sinais, sejam elas emergentes ou consolidadas. O caso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um bom exemplo. Ao mesmo tempo em que se completam 25 anos após a primeira publicação descritiva da Libras com Ferreira (2010 [1995]), Quadros (2020a) organiza obra com coletânea de diversos estudos linguísticos sobre a Libras, além de um dossiê sobre a documentação dessa língua (QUADROS, 2020b), no qual é divulgada uma primeira gramática da Libras, em Libras (QUADROS; SILVA; ROYER, 2020)<sup>2</sup>.

À medida que o processo de gramatização da Libras avança, são relatadas no Brasil diferentes línguas de sinais emergentes (QUADROS, 2019; ALMEIDA-SILVA;

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de discussões realizadas durante a disciplina “Descrição, documentação e revitalização linguística” ministrada pelo primeiro autor no Programa de Pós-graduação em Letras-PPGL da Universidade Federal de Roraima-UFRR, no semestre 2021.1. Partes do texto são de autoria da segunda autora que, no mesmo período, redigia sua dissertação defendida no mesmo programa de pós-graduação (OLIVEIRA, 2021) e por pesquisas do terceiro autor voltadas para a Língua de Sinais do Sul do Rupununi, Guiana, esta sob orientação da Professora Zoraide dos Anjos.

<sup>2</sup> A Gramática da Libras será disponibilizada pela Editora Arara Azul em formato vbook. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/produtos/detalhes/126> Acesso em: 04 mar. 2022. O vbook em pré-lançamento foi disponibilizado no Portal da Libras. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/arquivos/vbooks/gramatica/> Acesso em: 04 mar. 2022.

NEVINS, 2020; SILVA; OLIVEIRA, 2021) com diferentes graus de descrição e documentação. Algumas dessas línguas contam com descrições prévias em teses ou artigos e, por serem línguas em risco de extinção, quando há um processo de substituição linguística em direção à Libras, o trabalho de gramatização dessas línguas intersecciona com o de documentação e de manutenção linguística (BICKFORD; MCKAY-CODY, 2018). Discutimos, neste artigo, o processo de gramatização de línguas de sinais emergentes em relação com aquelas já consideradas línguas de sinais institucionalizadas (ou consolidadas) a partir da ótica das línguas de sinais como línguas ameaçadas de extinção (CAMP *et al.*, 2018). Defende-se que a gramatização de línguas de sinais emergentes é necessária por diversos motivos, levando-se em conta a particularidade dessas línguas e sua modalidade, visuoespacial, em contraste com as línguas orais, de modalidade oral-auditiva.

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos uma tipologia para as línguas de sinais como forma de delimitar quais seriam as línguas de sinais consideradas como emergentes; na seção 3, as línguas de sinais emergentes são situadas a partir de estudos que buscam identificar o grau de convencionalização lexical e de estrutura dessas línguas (3.1), em seguida, apresentamos um modelo teórico, baseado no uso, que permite o estudo de línguas de sinais emergentes e consolidadas sob uma mesma base unificada de encará-las (3.2). Na seção 4, discutimos os casos de gramatização de línguas de sinais consolidadas, no caso a Libras (4.1) em relação com os estudos de línguas de sinais emergentes (4.2). Em 4.3 são feitas algumas considerações sobre os processos de instrumentalização linguística com a tríade descrição-documentação-manutenção de línguas com os direitos humanos linguísticos e a diversidade linguística. Seguem as considerações finais.

## 2 Uma classificação das línguas de sinais

A literatura sobre línguas de sinais emergentes emprega diferentes nomenclaturas para essas línguas: línguas de vila, rurais, de aldeia, isoladas etc. Uma classificação adequada para as diversas línguas sinalizadas existentes no mundo é ainda esperada, no entanto, Le Guen, Safar e Coppola (2020) sugerem uma “tipologia” das línguas de sinais condizente com o que parece ser os dois principais tipos de línguas de sinais no mundo (BICKFORD; MCKAY-CODY, 2018, p. 255): as línguas de sinais de comunidades surdas e as línguas de sinais compartilhadas entre surdos e ouvintes em pequenas comunidades. Estas últimas seriam caracterizadas como línguas de sinais emergentes pelas suas características, enumeradas abaixo:

(...) (1) Elas são línguas com uma duração relativamente curta de existência (geralmente não mais que 2 ou 3 gerações, isto é, ligada com a presença de sinalizantes surdos). (2) Elas têm um número relativamente (inicial) pequeno de usuários primários, tão pequeno como o caso de um único sinalizante no caso de sistemas de sinais caseiros. (3) Elas não são línguas institucionalizadas, isto é, nenhuma instituição externa decide sobre a evolução da língua. (4) Devido a seu estatuto de emergentes, essas línguas de sinais exibem um alto grau de mudanças que não são observadas em línguas “consolidadas” que tenham existido por centenas de anos e utilizadas por uma comunidade extensa. (5) Em muitos casos, especialmente para as “línguas de sinais compartilhadas” (Nyst 2012), o número de sinalizantes ouvintes é maior que o de sinalizantes surdos, indicando que as práticas gestuais que foram/são usadas anteriormente ainda sejam visíveis para a língua de sinais. (LE GUEN; SAFAR; COPPOLA, 2020, p. 4) (Tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Tradução livre do original: “(...) 1) They are languages with a relatively short duration of existence (usually no more than 2 or 3 three generations, i.e., linked to the presence of deaf signers). (2) They have a relatively small (initial) number of primary users, even as small as one in the case of an individual homesign system. (3) They are not institutionalized languages, i.e., no external institution is deciding on the evolution of the language. (4) Because of their state of emergence, these signs languages may exhibit high rates of change that are not observed in “established” languages that have been in existence for hundreds of years and used by a large community. (5) In many cases, especially for “shared sign languages” (Nyst 2012), the number of hearing signers is higher than deaf signers, meaning that the gestural practices that were/are used as a background for the sign language are still visible.”

A partir dessa caracterização, os autores buscam organizar uma tipologia das línguas de sinais como forma de padronizar as diversas nomenclaturas existentes na literatura. A primeira seria: (i) língua de sinais institucionalizadas (ou nacionais), aquelas que contam com reconhecimento legal em seus países de origem. Por exemplo, a Libras e as diversas línguas de sinais como a ASL, a Língua de Sinais Francesa (LSF), etc.; (ii) línguas de sinais de comunidades surdas seriam aquelas utilizadas por uma ampla comunidade surda, mas que ainda não receberam reconhecimento legal ou interferência institucional. Muitas línguas de sinais institucionalizadas são encaradas nessa categoria por ter como principal diferença a execução de políticas linguísticas advindas do reconhecimento legal. Como exemplo, os autores indicam a Língua de Sinais Nicaraguense (LSN); (iii) línguas de sinais de vila/rurais ou compartilhadas, essas sim, as que carregam as principais características de línguas de sinais emergentes conforme citação acima. Além dessas três principais categorias, os autores mencionam ainda os sistemas de sinais caseiros e as línguas de sinais alternativas<sup>4</sup>.

Uma lista completa das línguas de sinais é ainda perseguida, considerando que cada país ou território no mundo deve ter uma língua de sinais de amplo uso pela comunidade surda local, além de línguas mais jovens e desconhecidas em comunidades isoladas ou de difícil acesso. Por exemplo, só no Brasil, além da Libras como língua nacional, existem no mínimo cerca de 16 línguas de sinais emergentes das quais se tem pelo menos notícia (ALMEIDA-SILVA; NEVINS, 2020, p. 1033-1034; OLIVEIRA, 2021, p. 23). Um outro exemplo é o caso do estado de Roraima que conta,

---

<sup>4</sup> É interessante como duas grandes plataformas dedicadas às línguas do mundo classificam de maneira diferente as línguas sinalizadas. O *Ethnologue* (<https://www.ethnologue.com/subgroups/sign-language>) classifica em línguas de sinais de comunidades surdas (128 línguas), incluindo as nacionais ou institucionalizadas, e línguas de sinais compartilhadas (21), incluindo entre estas as línguas de sinais emergentes. Além dessas, o site aponta ainda os sinais internacionais, contabilizando um total de 150 línguas sinalizadas. O *Glottolog* (<https://glottolog.org/resource/languoid/id/sign1238>) classifica as línguas em sistemas de sinais auxiliares (4 línguas), línguas de sinais de comunidades surdas (136), línguas de sinais familiares (1), língua de sinais pidgin (1) e línguas de sinais rurais (60), totalizando no momento 202 línguas sinalizadas. Esses números, claro, estão em constante mudança à medida que novas línguas são encontradas ou conhecidas.

além da sua variedade da Libras, com duas possíveis línguas de sinais emergentes em comunidades indígenas: a Língua de Sinais Macuxi-LSMac e a Língua de Sinais Yanomama do Papiu-LSYP (ARAÚJO; BENTES, 2018), e uma língua de sinais emergente na fronteira entre o Brasil e Guiana, a Língua de Sinais do Sul do Rupununi (BRAITHWAITE; KWOK; OMARDEEN, 2017). Mesmo que esta última não seja uma língua do território brasileiro, mas é da etnia Wapixana presente no Brasil e com fluxo constante entre os dois países. Além dessas línguas de sinais indígenas, o estado conta ainda com uma língua de sinais de migração, a Língua de Sinais Venezuelana-LSV (ARAÚJO; BENTES, 2020)<sup>5</sup>, situação particular para um único estado poder contar com pelo menos cinco diferentes línguas de sinais<sup>6</sup>.

O número de línguas de sinais emergentes deve aumentar consideravelmente, com a atenção dos linguistas e com as novas frentes de investigação voltadas para essas línguas. Com isso, a tarefa de alguns pesquisadores tem sido a de realizar descrições iniciais dessas línguas visando a documentação e possivelmente a manutenção. Quando se fala em descrição, os instrumentos linguísticos típicos desses processos são a produção de gramáticas e dicionários (gramatização e dicionarização). É bastante comum que os primeiros documentos produzidos para as línguas de sinais sejam dicionários, a exemplo da Língua de Sinais do Uruguai (PELUSO, 2020) e da Cena<sup>7</sup>. Entretanto, por serem línguas jovens, se comparadas com as línguas de sinais de comunidades surdas e as institucionalizadas (algumas com mais de 200 anos), as línguas de sinais emergentes contam com no máximo entre duas ou três gerações. Essa

---

<sup>5</sup> Mesmo a LSV não sendo considerada uma língua de sinais emergentes, o seu estatuto de língua de sinais em contato com a Libras pode trazer novos debates sobre o estatuto de línguas de sinais como institucionalizadas ou emergentes.

<sup>6</sup> Contando com essa diversidade, o primeiro autor submeteu o projeto de pesquisa “Línguas de sinais emergentes, contatos e fronteiras no Brasil” aprovado pelo CNPq (Edital Universal 2021 (Processo 406831/2021-1) visando a documentar e descrever essas variedades linguísticas em Roraima.

<sup>7</sup> Recentemente foi ao ar no programa dominical Fantástico uma reportagem sobre a Cena e o trabalho de produção de dicionário para essa língua de sinais. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10320183/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

juventude das línguas é apontada como uma das causas da pouca estabilidade gramatical ou lexical verificada nelas, ensejando um debate sobre qual tipo de instrumentos linguísticos seriam válidos para essas línguas particulares, encaradas ainda como línguas ameaçadas (BICKFORD; MCKAY-CODY, 2018) frente as língua de sinais nacionais já institucionalizadas. Alguns estudos começam a se debruçar sobre os processos de convencionalização de sinais e estruturas gramaticais das línguas de sinais emergentes (OLIVEIRA, 2021; COPPOLA, 2020). Assunto da seção seguinte.

### 3 Situando as línguas de sinais emergentes e seus estudos

Com o conhecimento dessas línguas de sinais emergentes, o trabalho dos linguistas tem sido o de documentar e descrever essas novas línguas. Em algumas situações é necessário ainda o trabalho de manutenção linguística (BICKFORD; MCKAY-CODY, 2018), como já mencionado. O trabalho de documentação e descrição pauta-se basicamente na produção de diferentes tipos de gramáticas (esboços gramaticais, gramáticas de referência, gramáticas pedagógicas etc.)<sup>8</sup> e a produção de dicionários. Para a documentação linguística, são coligidos ainda produções textuais como histórias, contos, poesias etc. Para o caso de línguas de sinais institucionalizadas, esses processos são bastante comuns, a exemplo da Libras (QUADROS, 2020b), mas o que dizer de línguas de sinais emergentes que, em princípio, ainda estão sendo consolidadas nas comunidades onde elas existem?

Mesmo sendo indiscutível a importância das línguas de sinais emergentes para o conhecimento linguístico e tipológico das línguas de sinais de modo geral (DE VOS; PFAU, 2015), questionamos se a particularidade dessas línguas como línguas jovens não tornaria o trabalho de descrição e documentação uma tarefa sempre inicial por estarem em pleno desenvolvimento de seu léxico e estruturas gramaticais. Alguns

---

<sup>8</sup> Para uma lista de diferentes tipos de gramáticas, conferir Camp *et al.* (2018, p. 273-276).

trabalhos mais recentes buscam detectar o grau de convencionalização lexical e gramatical dessas línguas nas comunidades onde são utilizadas. Seleccionamos, como ilustração, três estudos sobre convencionalização em quatro línguas de sinais emergentes para discussão. Após apresentarmos os estudos seleccionados, um modelo teórico voltado justamente para os processos de convencionalização é também apresentado como forma de indicar, pelo menos inicialmente, a possibilidade de encarar as línguas de sinais emergentes juntamente com as línguas de sinais já consolidadas em estudos descritivos com o devido tratamento da variação e da mudança linguística de cada tipo de língua particular.

### 3.1 Convencionalização e variação em línguas de sinais emergentes

Alguns trabalhos com línguas de sinais consideradas jovens como o de Meir e Sandler (2019) para duas línguas de sinais de Israel, a Língua de Sinais Beduína de Al-Sayyid (ABSL, sigla do inglês) e a Língua de Sinais Israelense (ISL, sigla do inglês); de Coppola (2020) para a Língua de Sinais Nicaraguense (LSN); e Ergin *et al.* (Manuscrito) para a Língua de Sinais de Taurus Central (CTSL, sigla do inglês), buscam identificar o nível de convencionalização de sinais e de estruturas gramaticais dessas línguas<sup>9</sup>. Os autores, de modo geral, atestam diferenças na convencionalização lexical ou estrutural das línguas de sinais emergentes a partir da relação de diversos fatores:

Parece, então, que vários fatores levam uma língua a uma maior convencionalização: o tamanho da comunidade, sua homogeneidade/heterogeneidade, a idade da língua e as funções e domínios em que a língua é usada. Outro fator que deve ser levado em

---

<sup>9</sup> Vale mencionar o trabalho de Edwards e Brentari (2020) sobre a convencionalização de sinais utilizados por surdocegos nos Estados Unidos da América. Por se tratar de uma modalidade particular de língua, tátil-gestual e não visuoespacial como para a maioria das línguas de sinais, este trabalho exime-se por enquanto de abarcar essa modalidade na discussão presente. Os processos de convencionalização lexical e gramatical são aqui entendidos como aqueles em que itens lexicais ou construções gramaticais são utilizados com menor grau de variação por seus usos estarem mais fixados na mente dos falantes/sinalizantes.



consideração é o status social do idioma. (MEIR; SANDLER, 2019, p. 359) (Tradução nossa)<sup>10</sup>

O estudo de Meir e Sandler (2019) aborda como são formados os compostos e a variação sublexical, demonstrando uma maior variação de sinais na ABSL, em relação com a ISL, esta considerada uma língua de sinais de comunidade surda e a primeira uma língua de sinais de vila, ambas consideradas línguas jovens (cerca de 90 anos). Alguns dados são ainda comparados com os da Língua de Sinais Americana (ASL na sigla em inglês). Coppola (2020) produz dois estudos: o primeiro focalizando gestos e emblemas de ouvintes em relação com os sinais da LSN, o segundo estudo partindo da interação entre usuários de sistemas de sinais caseiros para a LSN. A autora conclui que a participação em diferentes comunidades contribui diferentemente para os níveis de convencionalização lexical na LSN. O manuscrito de Ergin e colegas é um compilado de quatro estudos. O primeiro voltado para a variação lexical na CTSL, o segundo sobre estratégias de negação, o terceiro ocupa-se da ordem dos sinais da língua e, por fim, o quarto experimento aborda possíveis construções recíprocas. O compilado dos quatro estudos demonstra diferenças marcantes no grau de convencionalização das estruturas e léxico da língua, sendo a negação mais convencionalizada e as estruturas recíprocas com quase nenhum grau de convencionalização. Os autores deixam em aberto diversas linhas de investigação ensejadas pelos quatro estudos sobre a CTSL<sup>11</sup>.

Apesar de não contarem com esboços gramaticais, gramáticas pedagógicas ou gramática de referência, as quatro línguas de sinais apresentadas nos parágrafos acima

---

<sup>10</sup> Tradução livre do original: "It seems, then, that several factors drive a language towards more conventionalization: the size of the community, its homogeneity/heterogeneity, the age of the language, and the functions and domains in which the language is used. Another factor that should be taken into consideration is the social status of the language."

<sup>11</sup> Deve ser mencionado que o trabalho de Ergin e colegas ainda não passou por revisão de pares, mas está disponível em um site de *pre-prints* com um número DOI, conforme referências ao final deste artigo.

contam com publicações consideráveis<sup>12</sup> sobre diferentes aspectos gramaticais. Tal falta de gramáticas para essas línguas parece seguir muito mais o percurso da maioria das línguas de sinais no mundo, inclusive das línguas de sinais institucionalizadas, como a Libras, que apenas recentemente recebeu uma primeira gramática, e em Libras (QUADROS; SILVA; ROYER, 2020), além de diversos estudos linguísticos nos últimos 25 anos, e da Língua de Sinais do Uruguai (LSU) (PELUSO, 2020).

À medida que os estudos sobre as línguas de sinais emergentes no mundo se desenvolvem, os processos de convencionalização de sinais, quando um sinal se torna mais amplamente utilizado por uma comunidade de sinalizantes, evitando variações lexicais individuais, são melhor entendidos. No entanto, a impressão é de que apenas línguas de sinais que alcançam a categoria de línguas de sinais de comunidades surdas ou institucionalizadas é que seriam passíveis de serem gramatizadas devidamente, por apresentarem, aparentemente, menor variabilidade na convencionalização lexical e estrutural. Defendemos neste artigo que as línguas de sinais emergentes (LSEs) podem sim passar por processos de instrumentalização linguística, mesmo não havendo qualquer operacionalização do conceito de convencionalização de sinais nos estudos que abordam tal temática (Cf. MEIR; SANDLER, 2019; COPPOLA, 2020; ERGIN, Manuscrito).

### 3.2 O Modelo E-C como embasamento teórico para os estudos de convencionalização

Como dito, os estudos apresentados na subseção anterior demonstram pouca ou nenhuma conceitualização quanto aos processos de convencionalização. Ergin e colegas (Manuscrito) atestam: “Resumindo, descobrimos que a convencionalização em CTLS é fragmentada. Não há uma linha nítida onde possamos dizer 'agora é

---

<sup>12</sup> Sugere-se consulta ao *Glottolog*, além das páginas pessoais e institucionais de cada autor citado.

convencionalizado” (Tradução nossa)<sup>13</sup> (ERGIN, *et al*, Manuscrito, p. 51). Os autores chegam a considerar ser de senso comum que alguns traços linguísticos são “entrincheirados” (*entrenched*)<sup>14</sup> na mente dos falantes e convencionalizados através da comunidade (Manuscrito, p. 5), no entanto, essas asserções apenas confirmam a necessidade de um refinamento teórico sobre os processos de convencionalização, refinamento esse encontrado em vertentes da linguística cognitiva com os trabalhos de Schmid que tem buscado em diversas publicações (2015, 2016, 2017a, 2017b, 2018) um construto que encare os usos linguísticos em um modelo teórico. O autor atinge seus objetivos em publicação de fôlego (SCHMID, 2020) na qual detalha sua proposta com o Modelo Entincheiramento-Convencionalização (*Entrenchment-Conventionalization Model*)<sup>15</sup>. Tal modelo busca dar conta do caráter estável e de variação e mudança das línguas de uma forma unificada.

Em linhas gerais, Schmid defende que o Modelo E-C prediz que a “linguagem é um sistema dinâmico complexo e adaptativo, emergente e baseado no uso, derivado de e que alimenta as estruturas comunicativas, interações interpessoais, cognitivas e de ação social” (SCHMID, 2020, p. 344). O autor escrutina os eventos de uso e as forças que alimentam essas ações que retroalimentam em ciclo (*feedback-loop*) os processos de convencionalização (social) e *entrenchment* (cognitivo) das línguas. Estes dois últimos processos que dão nome ao modelo giram em torno dos eventos de uso e são continuamente retroalimentados por ele. A diferença do modelo de Schmid para a abordagem dos estudos sobre convencionalização em línguas de sinais emergentes está no arcabouço teórico adotado pelo autor, partindo de diferentes teorias

---

<sup>13</sup> Tradução livre do original: “To sum up we have found that conventionalization in CTLS is fragmented. There is no sharp line where we can say ‘now it’s conventionalized’.”

<sup>14</sup> Termo amplamente utilizado na linguística cognitiva. No modelo a ser apresentado nesta subseção, o entincheiramento seria a contraparte cognitiva da convencionalização.

<sup>15</sup> Até uma melhor tradução para *entrenchment*, utiliza-se neste trabalho a palavra em inglês como termo técnico, a exemplo de *codeswitching* raramente traduzido por enviesamentos ou pouca proximidade com os termos em português.

funcionalistas da língua, notadamente de vertentes baseadas no uso (SCHMID, 2020, p. 9-10). Além disso, os processos de convencionalização e entrincheiramento são pautados em subprocessos: usualização e difusão (*usualization* e *diffusion*) e rotinização e esquematização (*routinization* e *schematization*), respectivamente<sup>16</sup>.

Na impossibilidade de detalhar mais o modelo em tela, por fugir do escopo deste artigo, deixa-se registrada a possibilidade de utilização de um modelo teórico compatível com a particularidade de línguas emergentes em processo de consolidação, apesar de que em toda a obra de Schmid (2020) quase nenhuma menção seja feita às línguas de sinais. O que deve ser tirado desta rápida e breve apresentação do Modelo E-C é a sugestão de que as línguas estão em um contínuo processo de persistência (estabilização), variação e mudança. Os sistemas linguísticos, mesmo o de línguas emergentes, guardam já em si, pelos eventos de uso, a convencionalização e a variação, em decorrência de diversos fatores e forças que interagem durante todos os processos, conforme mapeados por Schmid (2020). Essa forma de encarar as línguas como sistemas complexos abrem a possibilidade para a produção de gramáticas (gramatização) mesmo com um possível grau de variação lexical e gramatical.

Os estudos de Meir e Sander (2019), Coppola (2020) e Ergin *et al.* (Manuscrito) apontam para essa interação entre variação e convencionalização mesmo em diferentes níveis de análise, sem, no entanto, esmiuçar teoricamente e conceitualmente que processos são esses. O arcabouço teórico oferecido por Schmid (2020, 2017a, 2017b, 2015) pode contribuir para uma fundamentação teoricamente condizente com os fenômenos observados em línguas de sinais em pleno processo de convencionalização (e por que não, de entrincheiramento?). Ressalta-se, ainda, que uma possível implicação que o Modelo E-C traz é a de não distinção categórica entre línguas emergentes e línguas consolidadas, já que para esse modelo o sistema linguístico está

---

<sup>16</sup> Para um resumo mais detalhado sobre o Modelo E-C de Schmid, consultar o trabalho de Oliveira (2021) e seu anexo.

sempre sendo “re-produzido”, e não apenas produzido (SCHMID, 2020, p. 340), abrindo um leque maior de possíveis análises para outras categorias de línguas também encaradas como línguas em processo de estabilização/consolidação: as línguas crioulas e as línguas artificiais adquiridas como L1, com o esperanto como exemplo<sup>17</sup>.

Tendo como argumento o que foi exposto nos últimos parágrafos, parte-se, na próxima seção, a uma discussão mais direta quanto à gramatização de línguas de sinais emergentes com alguns estudos de caso.

#### **4 Gramatização de línguas de sinais emergentes ante línguas de sinais institucionalizadas**

Por serem línguas ameaçadas de extinção, além de línguas emergentes, as línguas de sinais de vila ou rurais são frequentemente rotuladas como imaturas. Uma língua de sinais dita madura possuiria todos os níveis linguísticos relativamente estáveis, ou seja, traços fonológicos, morfológicos, sintáticos etc., teriam uma configuração mais “fixa” diante das línguas mais novas que apresentariam mais irregularidades naqueles níveis de análise. Sabe-se que esse aspecto de estabilidade é alcançado também via instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) ou por ações políticas, ações essas que buscam reforçar uma padronização oficial das línguas empurrando para as margens os aspectos de variação das línguas. Para ilustrar esses casos, apresentamos duas situações, a de línguas institucionalizadas e emergentes, seguidas de algumas reflexões.

##### **4.1 O caso da Libras como língua de sinais institucionalizada**

A Libras, como já apontado na Introdução, teve seus estudos linguísticos iniciados em fins da década de 1980, com uma primeira publicação em livro com

---

<sup>17</sup> Seria interessante uma análise dos Sinais Internacionais sob essa perspectiva. Para o caso de línguas crioulas, sugerimos como exemplo o caso do *creolese* ou crioulo guianense. Para o esperanto, utilizado como L1, o trabalho de Bergen (2001).

Ferreira (2010 [1995]), há mais de 25 anos atrás. Nas últimas quase três décadas, a língua possui no momento um dicionário de referência com Capovilla, Raphael e Maurício (2009) e mais recentemente com uma gramática na própria língua de sinais, conforme relatado por Quadros, Silva e Royer (2020), além de diversos trabalhos sobre aspectos específicos da gramática, como pode ser visto em Quadros (2020a). A Libras também está sendo inventariada como parte da sua documentação e produção de *corpus* pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional (IPHAN)<sup>18</sup>.

Mesmo com toda a gama de informações e estudos sobre a Libras, a língua pode apresentar diferentes padrões em grandes centros urbanos. Um exemplo disso era uma reclamação comum de quem passava pelo exame PROLIBRAS de que havia o uso de sinais diferentes próprios de Santa Catarina, o que prejudicava sinalizantes de outros estados nos resultados do exame. As línguas de sinais exibem variação dialetal como qualquer língua natural (XAVIER, 2019) e a dinâmica de diferentes comunidades surdas contribuem sobremaneira para uma maior diversificação dialetal. Línguas como a Libras e a ASL existente em países com territórios continentais ou mesmo línguas em países menores como a Língua de Sinais Holandesa (NGT na sigla em holandês) podem contar com diferenças marcantes na realização de sinais e construções gramaticais (XAVIER, 2019, p. 60). Guardadas as devidas particularidades, compreendemos que a variação existente em línguas de sinais emergentes se diferencia da de línguas de sinais institucionalizadas ou de comunidades surdas por serem mais relacionadas à iconicidade e não estarem totalmente submetidas a restrições fonológicas como redução do movimento interno ou outras restrições morfológicas, porém, podem exibir outros traços que não dependem diretamente de uma total convencionalização, a exemplo do sotaque percebido por sinalizantes da ABSL (MEIR; SANDLER, 2019).

---

<sup>18</sup> Grande parte dessas informações podem ser obtidas no Dossiê organizado por Quadros (2020b).

Se por um lado a variação nas línguas de sinais emergentes carecem de um nível de arbitrariedade maior na produção de sinais, por outro lado as línguas de sinais consolidadas parecem passar pelos mesmos estágios no processo de criação lexical observado naquelas línguas. Os processos de convencionalização e entrincheiramento se mostram similar tanto em línguas consolidadas quanto em línguas emergentes (SCHMID, 2020).

#### **4.2 O caso de línguas de sinais emergentes e a necessidade de sua instrumentalização linguística**

No Brasil, além da Língua de Sinais Ka'apor (LSK) conhecida desde a década de 1960, a partir de 2008 tem surgido trabalhos indicando a existência de outras línguas de sinais no país, além da Libras. Quadros (2019), Almeida-Silva e Nevins (2020) e Oliveira (2021) dão informações de localização e referências bibliográficas de pelo menos 12 a 16 línguas de sinais emergentes no Brasil em diferentes estados. No entanto, a tipologia dos trabalhos que atestam a existência dessas línguas de sinais emergentes é diversa, desde artigos que apenas mencionam a possível língua até teses relativamente mais detalhadas, com descrições iniciais das línguas. Um caso a ser tomado como exemplo é o da Língua Terena de Sinais (LTS)<sup>19</sup>, “descoberta” por volta de 2010 e que recebeu um primeiro estudo com Sumaio (2014) e mais recentemente uma rápida descrição preliminar (SUMAIO, 2018).

O caso da LTS é emblemático por haver uma mudança significativa da atitude da autora frente aos sinais Terena, entre a dissertação de 2014 e a tese de 2018. Enquanto o primeiro trabalho relaciona o uso da Libras com os sinais (caseiros?) dos Terena, a autora chega a abrir uma subseção de quatro linhas apontando “contra evidências” de que os sinais Terena constituiriam uma língua de sinais (SUMAIO,

---

<sup>19</sup> Essa língua de sinais chama a atenção por ter figurado em diversas mídias com a notícia da publicação de um HQ em língua de sinais, produzido por um aluno da Universidade Federal do Paraná.

2014, p. 104): “Presenciamos o uso da LIBRAS juntamente com os sinais terena entre os surdos que conhecem aquela língua. Outra contraevidência seria o fato de haver um conhecimento passivo dos sinais, ou seja, na base da dedução para a compreensão desses sinais nativos entre os surdos terena.” Já na sua tese (SUMAIO, 2018), a autora já encara os sinais Terena como de uma língua de sinais própria. Na sua tese, a autora justifica sua mudança de posicionamento naquele momento por ter realizado pouco trabalho de campo e ter tido contato apenas com surdos indígenas que sabiam Libras durante a pesquisa do mestrado (SUMAIO, 2018, p. 194-195). A autora, baseada principalmente em Pfau (2010), afirma ter mais indícios para demonstrar que os sinais Terena são próprios e diferentes da Libras, constituindo assim uma língua diferente. Com isso, deixa em aberto a necessidade de mais investigações sobre as estruturas fonológicas, lexicais e gramaticais da Língua Terena de Sinais. Em sua tese, a autora apresenta cerca de 55 sinais Terena, a maioria em comparação com sinais da Libras. A autora apresenta ainda alguns pares mínimos e compostos, relata sinais para contagem de 1 a 10 na LTS, mas apresenta apenas até o número 3. Menções à convencionalização de sinais são feitas indiretamente. Por fim, a autora conclui que a LTS é uma língua natural com seu próprio sistema linguístico, independente da Libras, mesmo que a autora demonstre algum contato com a Libras por surdos que sinalizam nesta língua.

Processo similar aconteceu com a Cena, língua de sinais emergente do interior do Piauí. Uma primeira descrição do uso dos sinais pelos surdos de Várzea Queimada foi feita por Pereira (2013). Com Almeida-Silva e Nevins (2020) a língua recebeu uma descrição linguística preliminar exibindo basicamente alguns fenômenos já observados em outras línguas de sinais emergentes como a ABSL (MEIR; SANDLER, 2019) e a CTSL (ERGIN, *et al*, Manuscrito): o uso variável de compostos e variações no nível fonético-fonológico. Com esses estudos, mesmo preliminares, vemos ser inegável o valor da descrição das línguas de sinais emergentes para a então crescente área da tipologia das línguas de sinais (ZESHAN; PALFREYMAN, 2017).



### 4.3 A tríade descrição-documentação-manutenção de línguas e direitos humanos linguísticos ou o porquê gramatizar línguas de sinais emergentes

Retomamos aqui o título deste artigo para que se procedam algumas reflexões sobre o porquê escrever gramáticas de línguas de sinais emergentes. O surgimento e o conhecimento de uma nova língua sempre podem trazer novas descobertas e os procedimentos de descrição, documentação e manutenção linguística<sup>20</sup> estão quase sempre presentes no contexto de línguas minoritárias e ameaçadas, como é o caso das línguas de sinais em debate. Suspeitamos que no mundo diversas línguas de sinais surjam e desapareçam sem a devida documentação ou descrição, já que a manutenção dessas línguas acontece pela existência de surdos nessas comunidades. Um exemplo é o caso da Língua de Sinais Ka'apor que há pouco tempo era considerada já extinta, mesmo com a notícia de que haveria ainda 2 ou 3 surdos sinalizantes idosos, mas com a tese de Godoy (2020) constatou-se uma relativa vitalidade da LSK com a identificação de cerca de 13 surdos em diferentes aldeias Ka'apor. Constatamos com isso que trabalhos de documentação, descrição e manutenção de línguas de sinais emergentes se fazem necessários para o devido conhecimento dessas categorias de línguas.

A concepção de que as línguas de sinais emergentes ainda estão se desenvolvendo e que ainda não apresentam uma gramática consolidada dá a falsa impressão de que o trabalho a ser realizado seja apenas o de documentar esse “nascimento” de uma nova língua, deixando a descrição para quando a língua estiver realmente consolidada. O caso da LSK parece mostrar o contrário desse posicionamento. Neste ponto, faz-se uma ressalva de que nem sempre uma língua de vila ou rural seja uma língua de sinais emergente. É o caso da Língua de Sinais Adamarobe (AdaSL na sigla em inglês) que de acordo com Nyst (2007, p. 23), deve ter

---

<sup>20</sup> Ressalva-se ser de conhecimento a distinção e (inter)dependência das áreas de descrição e documentação linguística desde o trabalho de Gippert, Himmelmann e Mosel (2006) e a relação com a área de manutenção linguística (GRENOBLE; WHALEY, 2005). No entanto, utiliza-se de hífen para as três áreas como forma de enfatizar a necessidade dos três para o caso das línguas de sinais emergentes.

cerca de 200 anos, o que pode ter contribuído com a descrição detalhada que a autora faz sobre essa língua. Já a CTSL, com o trabalho de Ergin (2017), por ser uma língua ainda bastante jovem, a autora conduz experimentos e eliciações para descrição da língua. Poderia ser argumentado que para línguas mais jovens caberia a elaboração de esboços gramaticais, mas reafirmamos aqui a necessidade de produzir gramáticas de línguas emergentes à semelhança de línguas de sinais consolidadas até como um modo comparativo para que se esmiúce em que a diferença de idade das línguas contribui com a sua convencionalização ou consolidação. Esse tipo de trabalho além de promover a descrição, documentação e manutenção das línguas de sinais emergentes pode ainda auxiliar na fundamentação mais empírica de modelos teóricos como o Modelo E-C de Schmid (2020).

Outra justificativa para a produção de gramáticas de línguas de sinais emergentes poderia ser a premissa de que todo ser humano tem o direito de possuir uma língua ou sua própria língua, nesse caso, o dos direitos humanos linguísticos. Nas palavras de Skutnabb-Kangas (2018, p. 13): “Apenas os direitos a línguas que são tão fundamentais que todo indivíduo os possui porque aquele indivíduo é um ser humano, tão inalienável que nenhum estado pode violá-los, e que são necessários para indivíduos e grupos viverem uma vida digna são os DHL (direitos humanos linguísticos) (...)” (Grifo e tradução nossos)<sup>21</sup>. Poder se comunicar com os seus parentes e amigos na sua própria língua é um direito que qualquer pessoa possui. A gramatização de línguas de sinais emergentes pode colaborar com a valorização dessas línguas jovens ao mesmo tempo que pode interferir de alguma forma na sua consolidação.

---

<sup>21</sup> Tradução livre do original: “Only language rights that are so fundamental that every individual has them because that individual is a human being, so inalienable that no state is allowed to violate them, and that are necessary for individuals and groups to live a dignified life are LHRs (...)”.

A questão da gramatização das LSEs esbarra inevitavelmente na relação com a língua de sinais institucionalizada ou nacional. No caso do Brasil, a presença da Libras nas comunidades surdas ditas isoladas foi motivo de questionamento na maioria das pesquisas realizadas sobre as LSEs, principalmente em contexto educacional. O que não pode deixar de ser notado sobre as possíveis e prováveis influências da língua de sinais majoritária no país nas demais línguas de sinais brasileiras. Em contextos de emergência de língua de sinais particulares que os surdos desenvolvem em diferentes comunidades rurais ou de vila, de acordo com sua cultura e experiências de vida, o contato com a Libras deve acontecer cedo ou tarde, principalmente com o acesso e o direito compulsório à educação escolar. E nessa instituição, o sistema linguístico criado por pequenos grupos de surdos acaba sendo totalmente ignorado e evitado, em prejuízo para as línguas de sinais emergentes, em favor da língua de sinais nacional.

O ensino da Libras em comunidades onde existam grupos de surdos é bastante comum, existindo até mesmo pesquisadores que defendem a inserção da Libras nessas comunidades. Carliez, Formigosa e Cruz (2016, p 142) comentam que “Os estudos e o uso acadêmico da Libras ofuscam as ricas e complexas realidades sociolinguísticas da vida comunicativa dos surdos no Brasil” (tradução nossa)<sup>22</sup>. Por outro Lado, Giroletti (2008, p. 144) defende que a Libras trouxe a possibilidade de uma comunicação estruturada, de uma língua e de uma identidade para os Surdos Kaingang. A relação das línguas de sinais nacionais com as línguas de sinais regionais ou locais deve ser de promoção à diversidade linguística e não apenas de assimilação, portanto, a gramatização de todas as línguas sinalizadas, emergentes ou consolidadas, deve ser perseguida.

Chega-se assim a um ponto interessante, a Libras nas comunidades de vila ou rurais tem servido como “apoio educacional” para alguns, ou seja, a visão de que as

---

<sup>22</sup> Tradução livre do original: “Les études et l’usage académique de la LIBRAS offusquent des réalités sociolinguistiques à la fois riches et complexes de la vie communicative des sourds au Brésil.”

peessoas surdas em comunidades de vila ou de aldeia são consideradas deficientes (por não participarem de uma comunidade surda maior?) e precisam de “inclusão”, no caso, na comunidade surda nacional. Esse posicionamento coloca em xeque o estatuto das línguas de sinais emergentes como línguas naturais que devem ser estudadas, pesquisadas e ensinadas juntamente com a língua de sinais nacional. O entendimento comum é, no entanto, que a Libras deve ser utilizada como “auxílio” para educar os surdos de comunidades rurais ou de vilas, algo similar ao que é defendido por abordagens oralistas da educação dos surdos em que os surdos eram obrigados a falar e aprender a língua oral de cada país, guardadas as devidas particularidades. É necessário ressaltar que na maioria dos estudos sobre línguas de sinais emergentes, a Libras já se encontra de alguma forma presente, principalmente nas escolas ou zonas urbanas vizinhas às comunidades. Veja-se o caso da LTS (SUMAIO, 2018), da Cena (ALMEIDA-SILVA, NEVINS, 2020) dentre outras. Portanto, o que se tem percebido é que uma aparente resistência ao tratamento de instrumentalizar linguisticamente uma língua emergente esteja muito mais relacionado às ideologias dos linguistas profissionais e às ações glotopolíticas sobre essas línguas do que realmente em fatores estritamente linguísticos, fatores esses que modelos teóricos de convencionalização de línguas buscam demonstrar que os sistemas linguísticos estão sempre em um contínuo “re-produzir-se” (SCHMID, 2020).

## 5 Considerações finais

Discutimos neste trabalho o processo de instrumentalização linguística (gramatização e dicionarização) de línguas de sinais emergentes. Com isso, uma classificação ou tipologia de línguas de sinais foi apresentada, baseada em Le Guen, Safar e Coppola (2020), situando línguas de sinais rurais ou de vila no rol das línguas de sinais emergentes. Estas línguas estariam ainda em estágio inicial, de consolidação

gramatical, o que traz para o debate a viabilidade ou relevância na gramatização de línguas emergentes ou ainda muito jovens.

Com a publicação do *SignGram Blueprint* (QUER, et al, 2017), uma “revolução” na gramatização das línguas de sinais tem sido apontada timidamente (PELUSO, 2020), no entanto, as línguas de sinais emergentes têm sido objeto de estudo quanto à convencionalização lexical e gramatical. Esses estudos não adotaram ainda uma perspectiva teórica mais condizente com a realidade dessas línguas no que diz respeito à conceitualização dos processos de convencionalização e variação observados nessas línguas. O Modelo E-C de Schmid (2020) pode ser uma boa pedida para abordar o caso das línguas de sinais emergentes. Contrastando a proposta de Schmid (2020) com o questionamento deste trabalho, considera-se que a perspectiva do Modelo E-C abre a possibilidade de encarar as línguas de sinais emergentes (ou outras línguas emergentes tais como as línguas crioulas ou táctil-gestuais dos surdocegos, por exemplo) como línguas passíveis de serem gramatizadas, mesmo com a grande variabilidade existente em línguas de sinais jovens.

Por fim, foram apresentados casos de gramatização da Libras e de línguas de sinais emergentes (LSEs) como forma de sugerir que a documentação, descrição e manutenção linguística de LSEs deve seguir todos os procedimentos conhecidos de gramatização, partindo das premissas dos direitos humanos linguísticos e a situação do estatuto das LSEs ante as línguas de sinais nacionais ou institucionalizadas. A gramatização de línguas de sinais emergentes deve ser igualitária no que diz respeito à atenção a ser dada a todas essas línguas em seus diferentes estágios de convencionalização. Descrições, mesmo que preliminares de LSEs, possibilitam uma possível manutenção de variedades linguísticas que podem desaparecer sem um único retrato da sua forma e existência.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA-SILVA, A.; NEVINS, A. I. Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil). **Linguagem & Ensino** (UCPel), v. 23, p. 1029-1053, 2020. DOI <https://doi.org/10.15210/rle.v23i4.18533>

ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Línguas de sinais de fronteiras: o caso da LSV no Brasil. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 125-135, 2020.

ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Contatos linguísticos e bilinguismo uni e bimodal entre a Libras e a LSV em Roraima. **Letra Magna**, v. 24, n. 23, p. 585-597, 2018.

BERGEN, B. K. Nativization processes in L1 Esperanto. **Journal of Child Language**. v. 28, n. 3, p. 575-595, 2001. DOI <https://doi.org/10.1017/S0305000901004779>

BICKFORD, J. A.; MCKAY-CODY, M. Endangered and revitalization of sign languages. In: HINTON, L.; HUSS, L.; ROCHE, G. (org.). **The Routledge Handbook of Language Revitalization**. Nova York: Routledge, 2018. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315561271-32>

BRAITHWAITE, B.; KWOK, L.; OMARDEEN, R. **Documenting sign language in South Rupununi, Guyana**. Paper presented at the 5th International Conference on Language Documentation and Conservation (ICLDC), 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10125/41976>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CAMP, A.; CAMPBELL, L.; CHEN, V.; LEE, N.; MAGNUSON, M.; RARRICK, R. Writing grammars of endangered languages. In: REHG, K.; CAMPBELL, L. (org.). **The Oxford Handbook of Endangered Languages**. Nova York: Oxford University Press, 2018. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190610029.013.15>

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras)**. Vol. 1 e Vol 2. São Paulo: EDUSP, 2009.

COPPOLA, M. Gesture, homesign, sign language: Cultural and social factors driving lexical conventionalization. In: LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (org.). **Emerging Sign Languages in the Americas**. Berlin: de Gruyter, p. 349-32450, 2020. DOI <https://doi.org/10.1515/9781501504884-008>

CARLIEZ, M. L. S. S.; FORMIGOSA, E.; CRUZ, E. B. Accessibilité et égalité des chances aux micro-communautés des sourds brésiliens : vers la reconnaissance des langues des

signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE. **Revista Moara**, v. 45, p. 113-143, 2016. DOI <https://doi.org/10.18542/moara.v1i45.3711>

DE VOS, C.; PFAU, R. Sign Language Typology: The contribution of rural sign languages. **Annual Review of Linguistics**, 2015. DOI <https://doi.org/10.1146/annurev-linguist-030514-124958>

EDWARDS, T.; BRENTARI, D. Feeling phonology: The conventionalization of phonology in protactile communities in the United States. **Language**, v. 96, n. 4, p. 819-840, 2020. DOI <https://doi.org/10.1353/lan.2020.0063>

ERGIN, R.; KURSAT, L.; HARTZELL, E.; JACKENDOFF, R. **Central Taurus Sign Language**: On the edge of conventionalization. (Manuscrito). Disponível em: <https://psyarxiv.com/x9emd/>. Acesso em: 25 jun. 2020. DOI <https://doi.org/10.31234/osf.io/x9emd>

ERGIN, R. **Central Taurus Sign Language**: A unique vantage point into language emergence. 2017. Tese (Linguística), Massachusetts, Tufts University, 2017.

FERREIRA, L. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. [Reimp.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N. P.; MOSEL, U. (org.). **Essentials of Language Documentation**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2006. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197730>

GIROLETTI, M. F. P. **Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang**. 2008. Dissertação de Mestrado (Educação), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GODOY, G. **Os KA'APOR, os gestos e os sinais**. 2020, 385f. Tese (Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GRENOBLE, L. A.; WHALEY, L. J. **Saving Languages**: An introduction to language revitalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511615931>

LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (org.). **Emerging Sign Languages in the Americas**. Berlim: de Gruyter, 2020. DOI <https://doi.org/10.1515/9781501504884>

MEIR, I.; SANDLER, W. Variation and conventionalization in language emergence: the case of two young sign language. *In*: DORON, E.; HOVAV, M. R.; RESHEF, Y.; TAUBE, M. (org.). **Language contact, continuity and change in the genesis of modern Hebrew**. Amsterdam: John Benjamins, 2019. DOI <https://doi.org/10.1075/la.256.13mei>

NYST, V. **A descriptive analysis of Adamarobe Sign Language (Ghana)**. Utrecht: LOT, 2007.

OLIVEIRA, A. F. de. **Aspectos da convencionalização de sinais em línguas de sinais emergentes do Brasil**. Dissertação (Letras), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

PELUSO, L. Lingüística y gramatización de la Lengua de Señas Uuguaya: contextualización, historización y discusión de sus alcances. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 26, p. 26-38, 2020.

PEREIRA, E. L. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

PFAU, R. Handwaving and headshaking? On the linguistic structure of sign languages *In*: CASTELL, J.; SERRA, J. (orgs.). **Les llengües de signes com a llengües minoritàries: perspectives lingüístiques, socials i polítiques** (Actes del Seminari del CUIIMPB-CEL2008). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2010. p. 59-84. DOI

QUADROS, R. (org.). **Brazilian Sign Language Studies**. Berlim: De Gruyter, 2020a.

QUADROS, R. (org.). Dossiê documentação de Libras. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 4, 2020b. DOI <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020.e77422>

QUADROS, R.; SILVA, J. B.; ROYER, M. Gramática de Libras: questões metodológicas. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 4, p. 5526-5542, 2020. DOI <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020.e77418>

QUADROS, R. M. Tecnologia para o estabelecimento de documentação de línguas de sinais. *In*: CORREA, Y.; CRUZ, C. R. (org.). **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019.

QUER, J.; CECCHETTO, C.; DONATI, C., GERACI, C.; KELEPIR, M.; PFAU, R.; STEINBACH, M. **SignGram Blueprint: A Guide to Sign Language Grammar Writing**. Berlim: De Guyter, 2017. DOI <https://doi.org/10.1515/9781501511806>



SCHMID, H.-J. A blueprint of the Entrenchment-and-Conventionalization Model. **Yearbook of the German Cognitive Linguistics Association**, v. 3, n. 1, p. 3-25, 2015. DOI <https://doi.org/10.1515/gcla-2015-0002>

SCHMID, H.-J. Why Cognitive Linguistics must embrace the social and pragmatic dimensions of language and how it could do so more seriously. **Cognitive Linguistics**, v. 27, n. 4, p. 543-557, 2016. DOI <https://doi.org/10.1515/cog-2016-0048>

SCHMID, H.-J. A Framework for Understanding Linguistic Entrenchment and its Psychological Foundations. *In*: SCHMID, H.-J. (org.). **Entrenchment and the Psychology of Language Learning: How We Reorganize and Adapt Linguistic Knowledge**. Boston, MA; Berlin: APA and Walter de Gruyter, 2017a. DOI <https://doi.org/10.1037/15969-000>

SCHMID, H.-J. Linguistic Entrenchment and its Psychological Foundations. *In*: SCHMID, H.-J. (org.). **Entrenchment and the Psychology of Language Learning: How We Reorganize and Adapt Linguistic Knowledge**. Boston, MA; Berlin: APA and Walter de Gruyter, 2017b. DOI <https://doi.org/10.1037/15969-000>

SCHMID, H.-J. Unifying entrenched tokens and schematized types as routinized commonalities of linguistic experience. **Yearbook of the German Cognitive Linguistics Association**, v. 6, n. 1, p. 167-182, 2018. DOI <https://doi.org/10.1515/gcla-2018-0008>

SCMID, H.-J. **The Dynamics of the Linguistic System: Usage, Conventionalization, and Entrenchment**. Reino Unido: Oxford University Press, 2020. DOI <https://doi.org/10.1093/oso/9780198814771.001.0001>

SILVA, D. S. da; QUADROS, R. M. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**. Vol. 5, n. 10, p. 22111-22117, 2019. DOI <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-342>

SUMAIO, P. A. S. **Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. 2018. 213 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara. Araraquara- SP. 2018.

SUMAIO, P. A. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**, 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua

Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

SKUTNABB-KANGAS, T. Language rights and revitalization. *In*: HINTON, L.; HUSS, L.; ROCHE, G. (org.). **The Routledge Handbook of Language Revitalization**. Nova York: Routledge, 2018. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315561271-3>

XAVIER, A. Panorama da variação sociolinguística nas línguas sinalizadas. **Claraboia**, v. 12, p. 48-67, 2019.

ZESHAN, U.; PALFREYMAN, N. Sign language typology. *In*: AIKHENVALD, A.; DIXON, R. M. W. (org.). **The Cambridge Handbook of Linguistic Typology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Artigo recebido em: 30.06.2021

Artigo aprovado em: 20.01.2022